

CORREIO ECONÔMICO

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Ministério da Fazenda prevê IPCA de 3,6% para este ano

Ministério da Fazenda reduz para 2,3% estimativa do PIB

A Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda reduziu, de 2,4% para 2,3% a estimativa de crescimento da economia brasileira neste ano. A previsão consta do Boletim Macrofiscal, divulgado pela Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda. Em relação à inflação pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o documento projeta redução da inflação para 3,6% em 2026. "Para 2026, a expectativa é de estabilidade no ritmo de crescimento e de continuidade da desinflação, possibilitando redução nos juros básicos", diz a SPE. A taxa básica de juros, a Selic, está definida atualmente em 15% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC).

Juros no maior nível desde 2006

A Selic em 15% ao ano é o maior nível da taxa desde julho de 2006, quando estava em 15,25% ao ano. Em comunicado, o Copom confirmou que deverá começar a reduzir os juros na reunião de março. Em relação ao desempenho da economia, a redução na projeção para o Produto Interno Bruto (PIB, soma das riquezas produzidas no país) reflete a desaceleração na atividade agropecuária após a safra recorde de 2025, compensada por expansão da indústria e dos serviços.

Fernando Frazão/Agência Brasil



Petrobras: conclusão do negócio depende de aprovações

Petrobras amplia presença na África

A Petrobras anunciou a compra de participação em um bloco de exploração de petróleo na costa da Namíbia, reforçando sua estratégia de recomposição de reservas e expansão internacional. A estatal brasileira adquiriu 42,5% de participação no Bloco 2613, localizado na Bacia de Lüderitz, área de cerca de 11 mil km² — equivalente à metade do estado de Sergipe. A operação foi divulgada em fato relevante ao mercado. A francesa TotalEnergies, parceira da Petrobras em projetos no Brasil, também adquiriu 42,5% do bloco.

Estatal da Namíbia detém 10%

A Namcor Exploration and Production, estatal da Namíbia, detém 10%, enquanto a Eight Offshore Investment Holdings possui 5%. As participações da Petrobras e da TotalEnergies foram compradas das empresas Eight e Maravilla Oil & Gas. O valor da transação não foi informado. Segundo a Petrobras, a conclusão do negócio ainda depende de aprovações governamentais e regulatórias.

POR
MARTHA IMENES

Indústria estagnada

Pressionada pela desaceleração da economia e pelos juros elevados, a indústria de transformação brasileira registrou faturamento praticamente estável em 2025, com variação de apenas 0,1% frente a 2024. Os dados fazem parte dos Indicadores Industriais divulgados pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Perda de ritmo

O resultado da indústria reflete a perda de ritmo no segundo semestre, marcada por quatro quedas em seis meses, incluindo retração de 1,2% em dezembro. Até junho, o setor acumulava alta de 5,7% em relação ao mesmo período do ano anterior, mas a sequência negativa reverteu o cenário.

Após expansão

Em 2024, o faturamento havia avançado 6,2%, maior crescimento em 14 anos. A estagnação em 2025, portanto, sucede de um período de expansão. Outros indicadores também mostram perda de fôlego: as horas trabalhadas na produção caíram 1% em dezembro, embora tenham fechado o ano com alta de 0,8%.

Capacidade

De acordo com o levantamento da CNI, a Utilização da Capacidade Instalada (UCI) recuou 0,4 ponto percentual no último mês, para 76,8%, e terminou o ano 1,2 ponto abaixo da média de 2024. Segundo a especialista em Políticas e Indústria da CNI, Larissa Nocko, o enfraquecimento da atividade está ligado às altas taxas de juros.

Crédito caro

"O crédito mais caro para empresários e consumidores reduz o ritmo da atividade, cenário agravado pela forte entrada de produtos importados, especialmente bens de consumo, que ocupam parte relevante do mercado interno", afirmou. O levantamento mostra que o emprego industrial caiu 0,2% em dezembro.

Salário em queda

Apesar disso, o setor encerrou 2025 com crescimento de 1,6% ante 2024. A massa salarial real registrou a quinta queda em seis meses, recuando 0,3% no último mês e acumulando redução de 2,1% no ano. O rendimento médio real ficou praticamente estável em dezembro (0,2%), mas terminou 2025 com queda de 3,6%.



Endividamento atinge mais famílias que ganham até 3 pisos

Percentual de famílias com dívidas cresce a 79,5%

Dados da CNC, no entanto, aponta queda na inadimplência

Da redação

- * Crédito consignado: 6%.
- * Cheque especial: 3,4%.
- * Outras dívidas: 2,5%.
- * Cheque pré-datado: 0,3%.

A pesquisa identificou que o comprometimento médio com as dívidas é de 7,2 meses isso significa que esse é o tempo médio que falta para que as famílias quitem essas contas. Já a parcela da renda gasta com as dívidas ocupa em média 29,7% do orçamento familiar, segundo a Peic. Uma em cada cinco famílias (19,5%) afirmaram ter mais da metade dos rendimentos comprometidos com dívidas.

Por outro lado, a quantidade de famílias que não conseguiu pagar essas dívidas no prazo caiu pelo terceiro mês seguido. Em dezembro, o nível de endividamento estava em 78,9%, enquanto, em janeiro no ano passado, abrangia 76,1% das famílias.

Ao analisar os dados de janeiro de 2026, percebe-se que o endividamento é mais presente em famílias que ganham até três salários mínimos, chegando a 82,5% delas. Já nas com renda superior a dez salários mínimos, o indicador recua para 68,3%. Desde janeiro, o salário mínimo é fixado em R\$ 1.621.

Perfil da dívida

O levantamento revela que o cartão de crédito é a forma de endividamento mais presente no endividamento das famílias:

- * Cartão de crédito: 85,4%.
- * Carnês: 15,9%.
- * Crédito pessoal: 12,2%.
- * Financiamento de casa: 9,6%.
- * Financiamento de carro: 8,7%.

A CNC ressalta que dívida não é necessariamente um comportamento financeiro negativo, uma vez que é uma forma de direcionar dinheiro para o consumo, o que aquece a economia como um todo.

No entanto, a instituição alerta que o índice de endividamento preocupa quando as famílias começam a apresentar dificuldade na capacidade de honrar os pagamentos, a chamada inadimplência.

A pesquisa identificou que a inadimplência em janeiro ficou em 29,3%, marcando o terceiro mês seguido de recuo, ou seja, cai desde outubro, quando estava em 30,5%.